

CONSELHO DE MINISTRO

Resolução n.º 6/2004

de 18 de Fevereiro

Por ocasião da 37ª Sessão Ordinária o Conselho de Ministros do CILSS realizado em Dezembro de 2002 em Banjul (Gâmbia), aprovou a Resolução Nº3, concernente à adopção da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar Sustentável inserida no programa de luta contra a pobreza no Sahel e do seu primeiro programa quinquenal de execução, relativo ao ano de 2003 a 2007;

Considerando a necessidade de adopção, a nível nacional, das conclusões e recomendações constantes da Resolução do Conselho de Ministros do CILSS e das posições comuns essenciais para fazer face aos desafios agrícolas, alimentares, de gestão racional dos recursos naturais e de luta contra a pobreza;

Por forma a responder às necessidades de uma população em forte crescimento, a *Estratégia Nacional de Segurança Alimentar*, define como eixos estratégicos: a promoção de uma agricultura produtiva, diversificada, e durável; a garantia da disponibilidade e estabilidade dos produtos alimentares nos mercados centrais e periféricos; a melhoria das condições de acesso socio-económicas aos bens alimentares e serviços sociais de base; a melhoria dos dispositivos de prevenção e gestão das crises; o reforço das capacidades institucionais e a promoção da boa governação no domínio da segurança Alimentar; e a segurança sanitária e a qualidade dos alimentos e da água;

Assim:

No uso da faculdade conferida pelo n.º 2 do artigo 260º da Constituição, o Governo aprova, a seguinte Resolução:

Artigo 1º

É aprovada a *Estratégia Nacional de Segurança Alimentar* e o primeiro Programa Quinquenal de execução respectivo, cujo resumo executivo é publicado em anexo, e que faz parte integrante da presente Resolução.

Artigo 2º

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros.

José Maria Pereira Neves

Publique-se.

O Primeiro Ministro, *José Maria Pereira Neves*

ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR SUSTENTÁVEL INSERIDA NO PROGRAMA DE LUTA CONTRA A POBREZA NO SAHEL E O SEU PRIMEIRO PROGRAMA QUINQUENAL (2003-2007) DE EXECUÇÃO;

A. INTRODUÇÃO

A segurança alimentar é a pedra angular do processo de desenvolvimento sócio económico de qualquer país. Ela surge como uma questão chave do desenvolvimento de Cabo Verde, no quadro da sustentabilidade de um desenvolvimento humano em que a integração social - trave mestra de toda a sociedade que aspira a mais justiça social, bem estar material e plena realização da cidadania - implica a igualdade de oportunidades e direitos para todos.

A segurança alimentar diz respeito à satisfação das necessidades em bens alimentares e é entendida como um conjunto de políticas públicas destinadas a garantir o direito (apropriação) à Alimentação e Nutrição, um direito humano básico que é consagrado na Constituição.

A garantia da segurança alimentar e o conjunto de aspectos relacionados com ela colocam-se assim entre os objectivos centrais que devem nortear as políticas económicas e sociais públicas.

Nessa perspectiva, o Governo no seu programa considerou a segurança alimentar como sendo um conceito abrangente, que não se restringe apenas à disponibilidade e ao acesso (físico e económico) aos alimentos, mas que se estende a outras valências, tais como, o acesso aos rendimentos, a educação e informação, a saúde e nutrição, a água potável e saneamento básico, etc., bem como a participação.

Assim sendo, o Governo com base numa ampla parceria com o sector privado e a sociedade civil, preconiza promover políticas económicas e sociais que permitam assegurar uma oferta adequada de alimentos e facilitar o acesso económico e físico das populações aos bens alimentares de primeira necessidade, particularmente as mais vulneráveis.

Ainda, o programa do Governo para o sector da alimentação e segurança alimentar baseia-se, num conjunto de programas que visam o alcance de uma segurança alimentar durável, numa perspectiva de luta contra a pobreza e na melhoria das condições de vida das populações, tendo como elementos fundamentais:

- Políticas de rendimentos e preços;
- Políticas de melhoria do acesso aos serviços sociais e de base (educação, saúde e saneamento básico, entre outros);
- Políticas de integração social, emprego e formação profissional;
- Políticas de promoção do sector privado;
- Políticas de gestão sustentável dos recursos naturais.

Para tanto, o Governo elegeu no seu programa, dentre várias medidas estratégicas, a elaboração de uma estratégia e um plano de acção de segurança alimentar, a médio e a longo prazos, na perspectiva de redução durável da pobreza, assumindo os princípios e compromissos consignados na Declaração dos Chefes de Estados do CILSS reunidos em Bamako, em Novembro de 2000.

É nesse contexto, que se enquadra a "Estratégia Nacional e Programa quinquenal de Segurança Alimentar durável numa perspectiva de luta contra a pobreza em Cabo Verde", que ora se apresenta. Esta estratégia, ainda, insere-se no Programa 28 - Garantia da Segurança Alimentar às populações, no quadro da 4ª opção do PND 2002-2005: "promover uma política global de desenvolvimento social, combatendo a pobreza e reforçando a coesão e a solidariedade".

B. CONTEXTO

Em Cabo Verde, o nível de aridez meteorológico acentuou-se nos últimos 20-30 anos. Observações feitas sobre um período de 265 anos constatarem 97 anos de seca, ou seja 1 ano de seca todos os 3 anos. No mesmo período, verificaram-se 14 secas que duraram 3 e mais anos.

Apenas 10% de terra é arável e o potencial de terras irrigáveis, nas condições actuais estima-se em 2500-3000 hectares.

A fraqueza da produção agro-alimentar é notável - 11 a 12% do PIB e a factura alimentar representa 1/3 das importações de mercadorias, ou seja aproximadamente 25.000.000\$US por ano.

A relação entre a pobreza e a segurança alimentar deriva essencialmente de questões como o fraco acesso aos meios de produção, a fraqueza dos rendimentos e o acesso desigual aos serviços sociais de base.

Os importantes progressos realizados no domínio social não escondem o significativo nível de pobreza (30% de pobres, 14% de extremamente pobres) com maior incidência no meio rural.

Apesar do PIB per capita se situar hoje em 1.300\$US e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) calculado pelo PNUD, situar Cabo Verde na categoria de países com um IDH médio, segundo o Instituto Nacional de Estatística, 46,3% da população tem um nível de conforto muito baixo (dados do Censo 2000).

Neste quadro, a segurança alimentar é indissociável de uma estratégia de luta contra a pobreza, constituindo igualmente uma oportu-

nidade de desenvolvimento. A segurança alimentar é um eixo óbvio de qualquer programa de luta contra a pobreza em Cabo Verde.

Cabo Verde, 26 anos após a independência nacional, continua a apresentar um défice alimentar estrutural e a não encontrar soluções sustentáveis para pôr cobro a esta situação.

Esta situação coloca a Cabo Verde importantes desafios no domínio da Segurança alimentar, a saber:

- O equilíbrio entre o crescimento demográfico e o crescimento económico;
- O equilíbrio externo e o desenvolvimento da agricultura e da pesca;
- A transformação da agricultura e o desenvolvimento do mundo rural;
- A mobilização e a gestão dos recursos hídricos;
- A melhoria do funcionamento do mercado e o papel do sector privado;
- O trinómio pobreza, vulnerabilidades e insegurança alimentar;
- A gestão da segurança alimentar.

C.- FINALIDADE E OBJECTIVOS

C.1.- FINALIDADE E OBJECTIVO GERAL

Em conformidade com o propósito do Governo de fazer com que os cabo-verdianos ascendam a um patamar de rendimento económico e de qualidade de vida que valoriza a sua dignidade humana, a finalidade da Estratégia-Programa é de «criar as condições de uma segurança alimentar durável e reduzir estruturalmente a pobreza e as desigualdades em Cabo Verde.»

Neste quadro global assim definido, o objectivo geral prosseguido é de «assegurar o acesso permanente da população a uma alimentação suficiente, saudável e nutritiva, sem prejuízo para a satisfação de outras necessidades básicas». Este objectivo geral integra as quatro dimensões da segurança alimentar, a saber:

- A disponibilidade de alimentos de boa qualidade sanitária e nutricional;
- A sua acessibilidade para as populações, incluindo os mais vulneráveis;
- A estabilidade do aprovisionamento no espaço e no tempo;
- A utilização optimal dos alimentos pelos indivíduos.

C. 2.- ORIENTAÇÕES ESTRATEGICAS, PRINCÍPIOS E MECANISMOS

As orientações estratégicas

- A boa governação;
- Integrar a segurança alimentar nas estratégias e políticas de crescimento;
- Promover o desenvolvimento económico e social do meio rural;
- Mobilizar e gerir os recursos hídricos;
- Integrar a gestão da segurança alimentar numa estratégia de luta contra a pobreza e de redução das desigualdades;
- Garantir um desenvolvimento ecologicamente sustentável.

Os princípios norteadores

- Manter a responsabilidade pública da segurança alimentar;
- Integrar a gestão da segurança alimentar nos processos de descentralização e de reforma do Estado
- Promover a participação da população e das comunidades

Os mecanismos impulsionadores

- Aumentar a coerência e convergência das estratégias, políticas e programas;
- Maximizar a concertação e a coordenação

C. 3. OBJECTIVOS ESPECIFICOS

Os objectivos específicos fixados são:

1. Promover e assegurar o desenvolvimento de uma agricultura mais produtiva, diversificada e durável;
2. Garantir a disponibilidade e estabilidade dos produtos alimentares nos mercados centrais e periféricos;
3. Melhorar o acesso económico e social aos bens alimentares de base e aos serviços sociais de base nos meios urbano e rural;
4. Melhorar os dispositivos de prevenção e gestão das crises no quadro do sistema de segurança alimentar;
5. Reforçar as capacidades institucionais dos actores e promover uma boa governação da segurança alimentar;
6. Assegurar a segurança sanitária e a qualidade dos alimentos e da água, com vista à protecção da saúde pública e do consumidor.

C. 4. QUADRO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATEGIA-PROGRAMA

A implementação da presente estratégia-programa passa necessariamente pela participação e pelo envolvimento incondicional de todos os actores implicados, nomeadamente, os ministérios com responsabilidades em matéria de segurança alimentar, os municípios, o sector privado e de toda a sociedade civil.

Para o efeito, é prioritário reforçar a capacidade técnica e institucional dos diferentes actores, assim como, definir o quadro institucional do sistema de segurança alimentar e os mecanismos de seguimento e avaliação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA).

Nesse contexto, o Governo preconiza um pacote de medidas estratégicas que visam o reforço do quadro institucional e dos mecanismos de coordenação, concertação e de articulação de políticas e programas, do qual destacamos as seguintes:

- A reformulação da Comissão Nacional de Segurança Alimentar (CNASA), concebida como instância pluridisciplinar de coordenação, concertação e articulação de políticas e programas de segurança alimentar (a partir das recomendações saídas do Atelier Nacional de Segurança Alimentar, Jan. 99);
- A instalação e operacionalização da Agência Nacional de Segurança Alimentar (ANSA), organismo de regulação do mercado de bens alimentares de base, com atribuições no que se refere à garantia de um abastecimento correcto do país e à gestão da ajuda alimentar;
- O reforço do sistema de informação para a segurança alimentar, visando construir um sistema de informação descentralizado, sustentável, e eficiente para o seguimento das condições de segurança alimentar, nutricional e vulnerabilidade, por forma a fortalecer a tomada de decisão, a formulação e a implementação de políticas e programas multisectoriais afim de reduzir a insegurança alimentar e vulnerabilidade no país.
- A instalação da Agência de Supervisão e Regulação de Produtos Farmacêuticos e Alimentares ARFA, organismo, com competências em matéria de controlo da qualidade alimentar e sanitária dos alimentos.

O período de execução da presente Estratégia vai de 1 de Janeiro de 2003 a 31 de Dezembro de 2015 incluído. Enquanto que o do 1º Programa Quinquenal vai de 1 de Janeiro de 2003 a 31 de Dezembro de 2007. Actividades e acções estão previstas no que concerne os seis (6) objectivos específicos para cada ano do período.

ANEXO

OBJECTIVO GLOBAL: Assegurar o acesso permanente da população a uma alimentação suficiente, saudável e nutritiva, sem prejuízo para a satisfação de outras necessidades básicas.

OBJECTIVOS ESPECIFICOS	RESULTADOS
Objectivo específico nº 1: "Promover e assegurar o desenvolvimento de uma agricultura mais produtiva, mais diversificada e durável"	Resultado 1.1: A valorização dos recursos naturais é optimizada no quadro da gestão sustentável dos sistemas de produção agrícolas e agro-pastoris.
	Resultado 1.2: A agricultura cabo-verdiana responde melhor à diversificação crescente e ao aumento da procura de produtos agrícolas e agro-alimentares.
	Resultado 1.3: A produção haliêutica é fortemente aumentada em bases duráveis
Objectivo específico nº 2: "Garantir a disponibilidade e a estabilidade dos produtos alimentares nos mercados centrais e periféricos"	Resultado 2.1: Os mercados centrais e periféricos são mais dinâmicos
	Resultado 2.2: Os mercados regionais são mais fluidos e melhor integrados, e as trocas aumentam fortemente
	Resultado 2.3: A agricultura e as fileiras agro-alimentares são mais competitivas nos mercados externos e, melhor preparadas, para enfrentar a competição internacional
	Resultado 2.4: A base de dados estatísticos e informação sobre a segurança alimentar é consolidada
	Resultado 2.5: O sector privado é envolvido e co-responsável pela garantia da segurança alimentar.
Objectivo específico nº 3: "Melhorar o acesso económico e social aos bens alimentares de base e aos serviços sociais de base nos meios urbano e rural"	Resultado 3.1: As condições de acesso a alimentação e aos serviços sociais de base são significativamente melhoradas numa base sustentável nas zonas desfavorecidas e para os grupos de população pobres.
Objectivo específico nº 4: "Melhorar os dispositivos de prevenção e gestão das crises no quadro do sistema de segurança alimentar"	Resultado 4.1: A rede de informação sobre a segurança alimentar é melhor coordenada e as análises sobre a vulnerabilidade, os sistemas de vida e de sobrevivência das famílias são melhor harmonizadas
	Resultado 4.2: Os mecanismos e dispositivos de gestão de segurança alimentar são consolidados e reforçados
	Resultado 4.3 : A reconversão das frentes AIMO é acelerada e o desempenho dos projectos de assistência alimentar é melhorado
	Resultado 4.4: O papel da cooperação e das comunidades emigradas no reforço da mobilização de parceiros estratégicos para a vertente segurança alimentar é potenciado

Objectivo específico nº 5: "Reforçar a capacidade institucional dos actores e promover uma boa governação da segurança alimentar"	Resultado 5.1: Um programa de reforço da capacitação e assistência técnica e comunicação permanente dos actores é implementado em benefício da segurança alimentar a nível central e local.
	Resultado 5.2: As organizações camponesas e de pescadores são consolidadas e mais envolvidas na definição das estratégias de segurança alimentar e de redução da pobreza.
	Resultado 5.3: As associações de defesa do consumidor são dinamizadas e actuantes.
	Resultado 5.4: O plaidoyer e a mobilização social a favor da segurança alimentar são reforçados.
Objectivo específico nº 6: "Assegurar a segurança sanitária e a qualidade dos alimentos e da água, visando a protecção da saúde pública e do consumidor"	Resultado 6.1: Um sistema integrado de controle de qualidade alimentar e da água é implementado e funcional.
	-Resultado 6.2: A melhoria da dieta alimentar e da situação nutricional é promovida.

O Primeiro Ministro, *José Maria Pereira Neves*